

IMPLICAÇÕES DE MATEUS 24,36 NA COMPREENSÃO DA NATUREZA DA PESSOA DE CRISTO NA TRINDADE

IMPLICATIONS OF MATTHEW 24:36 FOR UNDERSTANDING THE NATURE
OF THE PERSON OF CHRIST WITHIN THE TRINITY

IMPLICACIONES DE MATEO 24:36 EN LA COMPRENSIÓN DE LA
NATURALEZA DE LA PERSONA DE CRISTO EN LA TRINIDAD

Marcelo dos Santos Romualdo¹

¹ Mestre em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pós-graduado em Teologia Sistemática Contextualizada pelas Faculdades Batista do Paraná (FABAPAR), Brasil. E-mail para contato: msromualdo@hotmail.com.

RESUMO

A Trindade é uma das doutrinas centrais do cristianismo e, por isso, qualquer questão que possa afetar sua compreensão, ou colocar em dúvida sua essência, exige uma atenção especial. O texto de Mateus 24.36 apresenta um desafio teológico ao aparentemente comprometer a divindade do Filho, pois o próprio Jesus declara sobre o seu retorno que “quanto ao dia e à hora ninguém sabe, nem os anjos dos céus, nem o Filho, senão somente o Pai”. Se Cristo é plenamente Deus, como ele pode afirmar não conhecer algo? Este artigo tem como objetivo analisar essa passagem por meio de uma abordagem centrada na Trindade e na natureza da pessoa de Cristo. Ao longo do texto, o leitor será levado a compreender que, em sua encarnação, Cristo assumiu limitações humanas sem deixar de ser plenamente Deus. Além disso, entenderá que, nas relações entre as pessoas da Trindade, a submissão funcional do Filho ao Pai não compromete a igualdade ontológica.

Palavras-chave: Trindade. Natureza de Cristo. União Hipostática. Kenosis.

INTRODUÇÃO

O capítulo 24 do Evangelho de Mateus contém o registro de um dos mais importantes textos escatológicos da Bíblia. Nele, ao tratar de seu retorno, Jesus afirma que “quanto ao dia e à hora ninguém sabe, nem os anjos dos céus, nem o Filho, senão somente o Pai” (versículo 36). Essa declaração de Jesus tem sido alvo de intensos debates teológicos ao longo da história por aparentemente colocar em dúvida sua divindade. Afinal, se Jesus é verdadeiramente Deus, como ele pode afirmar não conhecer algo?

Os conceitos de Trindade Ontológica e Trindade Econômica auxiliam na compreensão de que a declaração de Jesus pode ser interpretada como uma manifestação da submissão funcional do Filho ao Pai, e não como uma submissão ontológica. Embora o Pai, o Filho e o Espírito Santo compartilhem a mesma essência divina, existem diferenças na maneira como cada pessoa da Trindade se manifesta e age.

No âmbito da Cristologia, os conceitos de união hipostática e Kenosis contribuem para a interpretação de que o texto de Mateus sugere uma limitação temporária auto imposta por Cristo devido sua natureza humana, sem, contudo, implicar uma negação de sua divindade.

Para assegurar, portanto, uma compreensão adequada da divindade de Cristo, faz-se necessário analisar as interpretações de Mateus 24.36 à luz das contribuições teológicas desenvolvidas ao longo da história da Igreja. Isso inclui reflexões de teólogos dos períodos Patrístico, Escolástico e da Reforma, bem como de teólogos contemporâneos.

Isso posto, o presente artigo tem como objetivo analisar a afirmação de Jesus em Mateus 24.36, adotando uma abordagem fundamentada na Trindade e na natureza da pessoa de Cristo. Busca-se ainda apresentar, de forma não exaustiva, as posições de teólogos históricos e contemporâneos sobre o tema. Essa análise visa demonstrar que Cristo, embora não seja inferior ao Pai em essência, desempenha uma função subordinada a ele e, em sua encarnação, assumiu limitações humanas sem deixar de ser plenamente Deus.

1 A TRINDADE E SUAS DIMENSÕES ONTOLÓGICA E ECONÔMICA

A doutrina da Trindade ocupa um lugar central na fé cristã e na teologia histórica da Igreja. Ela expressa, de forma misteriosa, mas profundamente fundamentada nas Escrituras, a verdade de que Deus é único em essência, mas subsiste eternamente em três pessoas consubstanciais e distintas: o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Ryrie, citando Warfield, apresenta de forma sucinta o conceito de Trindade:

Existe apenas um Deus único e verdadeiro, mas na unidade da divindade existem três pessoas coeternas e coiguais, da mesma substância, mas de subsistência distinta (Warfield apud Ryrie, 2012, p. 33).

Essa verdade, embora transcenda a plena compreensão humana, não é uma invenção da Igreja ou mero constructo teológico, mas uma realidade revelada progressivamente nas Escrituras e evidenciada na história da redenção.

Desde os primeiros séculos do cristianismo, a Igreja reconheceu a necessidade de formular com precisão essa verdade à luz das Escrituras, com o intuito de combater heresias que negavam ora a unidade divina, ora a distinção pessoal entre as pessoas da Trindade. Concílios como o de Nicéia (325 d.C.) e Constantinopla (381 d.C.) foram fundamentais para delimitar a linguagem teológica apropriada à Trindade, sem comprometer o mistério que a envolve.

Uma forma de compreender adequadamente a Trindade, especialmente no que diz respeito à relação entre as pessoas do Pai, do Filho e do Espírito Santo na unidade da divindade, é diferenciando as dimensões ontológica e econômica da doutrina. Esses aspectos, embora distintos, estão profundamente interligados e representam uma chave hermenêutica essencial para o estudo trinitário.

1.1 O CONCEITO DE TRINDADE ONTOLÓGICA

A Trindade Ontológica refere-se à essência de Deus. O termo “ontológico” deriva do grego *ontos*, que significa “ser”. No contexto trinitário, trata daquilo que Deus é em si mesmo, independentemente de sua relação com a criação. Segundo esse conceito, o Pai, o Filho e o Espírito Santo compartilham igualmente a mesma essência divina (*homoousios*). Não

há hierarquia ou subordinação entre as pessoas da Trindade em termos de essência; todas são igualmente eternas e plenamente divinas. Essa perspectiva destaca a unidade da substância divina e a distinção entre as três pessoas em termos de identidade pessoal.

1.2 O CONCEITO DE TRINDADE ECONÔMICA

A Trindade Econômica refere-se à maneira como Deus se revela e age na história da criação, redenção e santificação da humanidade. O termo “econômico” vem do grego *oikonomia*, que significa “administração de casa” ou “gestão doméstica”. No contexto trinitário, trata o papel funcional de cada pessoa da Trindade no desdobramento do plano divino. De acordo com esse conceito, o Pai é identificado como o criador, o Filho como o salvador e o Espírito Santo como o santificador, embora estas obras não sejam exclusivas de cada pessoa, mas do ser divino completo. Ainda que essa abordagem evidencie uma hierarquia funcional – como, por exemplo, a submissão do Filho ao Pai na encarnação e do Espírito Santo como enviado pelo Pai e pelo Filho –, tal hierarquia não implica inferioridade em essência, mas uma ordem no cumprimento da missão divina.

2 A NATUREZA DA PESSOA DE CRISTO

Conforme as Escrituras, Jesus Cristo é Deus encarnado, sendo plenamente divino e plenamente humano. Ele possui uma natureza divina, sendo verdadeiramente Deus em sua essência, coeterno e consubstancial com o Pai e o Espírito Santo. Ao mesmo tempo, ele

também possui uma natureza humana completa – original, sem pecado –, evidenciada em aspectos como seu nascimento, vida, limitações, emoções, sofrimentos e morte.

2.1 O CONCÍLIO DE CALCEDÔNIA, 451 D.C.: A UNIÃO HIPOSTÁTICA

A reflexão sobre a natureza de Cristo teve início nos primeiros séculos do cristianismo, quando teólogos buscavam entender como Cristo podia ser Deus e homem ao mesmo tempo. Durante esse período, as heresias emergiram, o que impulsionou a necessidade por concílios para consolidar o entendimento sobre a natureza de Cristo de forma consistente. O mais importante concílio realizado foi o de Calcedônia em 451 d.C., onde foi estabelecida a doutrina da união hipostática. De acordo com essa doutrina, Cristo é uma única pessoa – ou hipóstase – que possui duas naturezas completas e distintas: uma divina e outra humana. Essas duas naturezas estão unidas de forma inseparável, inconfundível, imutável e indivisível, de modo que Cristo é plenamente Deus e plenamente homem.

A “Definição de Calcedônia” foi um marco na definição do ensino bíblico sobre a natureza da pessoa de Cristo:

Fiéis aos Santos Pais, todos nós, perfeitamente unânimes, ensinamos que se deve confessar um só e mesmo Filho, nosso Senhor Jesus Cristo, perfeito quanto à divindade, e perfeito quanto à humanidade; verdadeiramente Deus e verdadeiramente homem, constando de alma racional e de um corpo, consubstancial com o Pai, segundo a divindade, e consubstancial a nós, segundo a humanidade; em tudo semelhante a nós, excetuando o pecado; gerado segundo a divindade pelo Pai, antes de todos os séculos, e nestes últimos dias, segundo a humanidade, por nós e para nossa salvação, nascido da Virgem Maria, mãe de Deus; um e só mesmo Cristo, Filho, Senhor, Unigênito, que se deve confessar, em duas naturezas, inconfundíveis, imutáveis, indivisíveis, inseparáveis; a

distinção de naturezas de modo algum é anulada pela união, antes é preservada a propriedade de cada natureza, concorrendo para formar uma só pessoa e em uma subsistência; não separado nem dividido em duas pessoas, mas um só e o mesmo Filho, o Unigênito, Verbo de Deus, o Senhor Jesus Cristo, conforme os profetas desde o princípio acerca dele testemunharam, e o mesmo Senhor Jesus nos ensinou, e o Credo dos Santos Pais nos transmitiu (Grudem, 1999, p. 459-460).

2.2 A TEORIA KENÓTICA

A Kenosis – do grego “esvaziamento” – é um conceito teológico que está relacionado à ideia de que Cristo, ao encarnar, voluntariamente se esvaziou de alguns atributos divinos, como a onisciência e a onipotência, para assumir a condição humana. Esse conceito tem como base a passagem de Filipenses 2.5-8.

A teoria da kenótica começou a ser formalmente discutida no século XIX, embora tenha suas raízes nas reflexões dos primeiros teólogos cristãos sobre a encarnação de Cristo. O conceito foi explorado especialmente na tentativa de compreender como Cristo poderia ser plenamente divino e plenamente humano ao mesmo tempo.

Os defensores da Kenosis geralmente argumentam que ela permite uma compreensão mais profunda da encarnação de Cristo e do seu sacrifício. Eles sustentam que o esvaziamento de Cristo foi um ato voluntário de amor e humildade, essencial para a redenção.

Por outro lado, há teólogos que criticam a Kenosis, afirmando que essa teoria compromete a plena divindade de Cristo e pode levar a interpretações inadequadas da Trindade. Esses críticos argumentam que Cristo, mesmo encarnado, nunca deixou de ser plenamente Deus e de possuir todos os atributos divinos, ainda que os tenha manifestado de forma velada durante sua vida terrena.

Por fim, apesar de receber muitas críticas de teólogos contemporâneos, a teoria da Kenosis continua sendo um tema de debate teológico, com implicações importantes para a cristologia e a compreensão da natureza de Cristo.

3 ABORDAGENS TEOLÓGICAS DE MATEUS 24,36

3.1 INTERPRETAÇÕES HISTÓRICAS

Agostinho de Hipona (354-430 d.C.)

Agostinho interpreta a ignorância atribuída a Cristo como algo funcional e temporário, devido à sua natureza humana, além de ter um caráter pedagógico e intencional, ajustada à capacidade de compreensão dos discípulos ou ao tempo oportuno da revelação:

Como Deus, tudo o que pertence ao Pai, pertence ao Filho: E tudo o que meu é teu, e tudo o que teu é meu (Jo 17.10). Revestido da natureza humana, a doutrina não é sua, mas de quem o enviou (Jo 7.16). E disse ainda: Daquele dia e hora, ninguém sabe, nem os anjos do céu nem o Filho, somente o Pai (Mc 13.32). Ele ignora o que não quer dar a conhecer, isto é, ignorava-o, para manifestá-lo aos discípulos. Assim se deu com Abraão, a quem foi dito: Agora, sei que temes a Deus (Gn 22.12), ou seja, “agora te dei a conhecer”, pois provado na tentação, ele mesmo passou a conhecer que temia a Deus. O Senhor revelaria aos discípulos no tempo oportuno, o segredo sobre o dia e a hora (...). Pois, a eles mesmos lhes declarou: Tenho ainda muito a vos dizer, mas não podeis agora compreender (Jo 16.12). Entre essas coisas está compreendido: daquele dia e hora. No mesmo sentido, disse o Apóstolo: Pois não quis saber outra coisa entre vós a não ser

Jesus Cristo, e Jesus Cristo crucificado (1 Cor 2.2). Dirigia-se aos que não tinham capacidade de compreender as coisas sublimes sobre a deidade de Cristo. A eles diz um pouco depois: Não vos pude falar como a homens espirituais, mas tão-somente como a homens carnis (1 Cor 3.1). Ignorava, portanto, junto deles o que não poderiam compreender sobre os seus ensinamentos. E ensinava apenas o que convinha que soubessem por meio dele (Agostinho, 1994, p. 54-55).

Tomás de Aquino (1225-1274 d.C.)

Ao responder se a alma de Cristo conhece todas as coisas no Verbo, Aquino busca esclarecer a extensão do conhecimento de Cristo em relação ao Verbo divino, diferenciando dois possíveis sentidos para “todas as coisas”. No primeiro sentido, mais restrito, ele afirma que a alma de Cristo conhece plenamente tudo o que existe, existiu ou existirá, incluindo as ações e pensamentos humanos. No segundo sentido, mais amplo, que incluiria até mesmo as infinitas possibilidades que nunca se concretizaram, ele argumenta que a alma de Cristo não conhece tudo, pois isso implicaria compreender a essência divina em sua totalidade, algo que excede qualquer intelecto “criado”. Desta forma, Aquino sugere que Cristo, enquanto homem, conhece tudo o que está no poder de Deus relacionado às criaturas, mas não o poder divino de forma absoluta:

Quando se pergunta se Cristo conhece todas as coisas no Verbo, devemos notar que a expressão – todas as coisas – pode-se entender em dois sentidos. Num, o próprio, abrange todas as coisas que de qualquer modo existem, existirão ou existiram; ou que foram feitas, ditas ou pensadas por qualquer e em qualquer tempo. E então, devemos afirmar, que a alma de Cristo conhece todas as causas no Verbo. Pois, cada intelecto criado conhece no Verbo, não todas as causas absolutamente falando; mas tanto mais quanto mais perfeitamente vê no Verbo. Mas, nenhum intelecto de bem-aventurado deixa de conhecer no Verbo tudo o que lhe concerne. Ora, a Cristo e à sua dignidade

concernem de certo modo todas as causas, enquanto que tudo está sujeito a ele, como diz o Apóstolo. E também ele, no dizer do Evangelho, foi constituído por Deus juiz de todas as coisas, porque é Filho do Homem. E portanto, a alma de Cristo conhece no Verbo tudo o que existe, em qualquer tempo, e também os pensamentos dos homens, dos quais é juiz. Por isso, o dito do evangelista: Ele bem sabia por si mesmo o que havia no homem, pode entender-se não só da ciência divina, mas também da ciência que a sua alma tem no Verbo. Noutra sentido, todas as coisas é uma expressão susceptível de sentido mais lato, abrangendo não só todas as coisas atuais num tempo qualquer, mais ainda todas as potências, que nunca serão atualizadas. – Ora, destas, certas dependem só do poder de Deus. E tais a alma de Cristo não as conhece a todas no Verbo. Pois, o contrário seria compreender tudo o que Deus pode fazer; o que seria compreender o poder divino e, portanto, a essência divina; pois, toda virtude se conhece conhecendo o que ela pode fazer. – Mas há outras causas que estão no poder, não só de Deus, mas também da criatura. E essas a alma de Cristo as conhece a todas no Verbo. Pois, compreende, no Verbo, a essência de toda criatura; e por consequência, a potência, a virtude e tudo o que está no poder da criatura (Aquino, 2017, p. 2986-2987).

João Calvino (1509-1564 d.C.)

Calvino argumenta que a ignorância de Cristo deve ser entendida no contexto de sua natureza humana e de seu papel como Mediador. Ele sustenta que a ignorância não diminui a divindade de Cristo, pois, enquanto encarnado, a natureza divina estava em um estado de “repouso” quando a natureza humana de Cristo agia de forma independente para cumprir seu propósito redentor:

Pois sabemos que em Cristo as duas naturezas eram unidas em uma pessoa de tal maneira que cada uma reteve suas propriedades; e mais especialmente a natureza divina estava em um estado de repouso, e de forma alguma se esforçava, (158) sempre que era necessário que a natureza humana agisse separadamente,

de acordo com o que era peculiar a ela, no exercício do cargo de Mediador. Não haveria impropriedade, portanto, em dizer que Cristo, que sabia todas as coisas (Jo 21.17), era ignorante de algo a respeito de sua percepção como homem; pois de outra forma ele não poderia estar sujeito à tristeza e ansiedade, e não poderia ser como nós (Hb 2.17) (Calvino, 2021, p. 731).

Calvino acrescenta ainda que essa ignorância não é um defeito ou uma consequência do pecado, mas uma expressão da condescendência de Cristo ao assumir a forma humana com suas limitações, a fim de se identificar plenamente com os seres humanos e suportar as consequências do pecado da humanidade. Ele rejeita as objeções que consideram indigno atribuir ignorância a Cristo, destacando que a ignorância, nesse contexto, é coerente com a função que ele desempenhou como Mediador:

Novamente, a objeção levantada por alguns – que a ignorância não pode se aplicar a Cristo, porque é a punição do pecado – é além da medida ridículo. Pois, primeiro, é uma loucura prodigiosa afirmar que a ignorância atribuída aos anjos procede do pecado; mas eles descobrem que são igualmente tolos em outro terreno, por não perceberem que Cristo se revestiu de nossa carne, com o propósito de suportar o castigo devido aos nossos pecados. E se Cristo, como homem, não conheceu o último dia, isso não menospreza a sua natureza divina do que ter sido mortal (Calvino, 2021, p. 731-732).

E finalmente, Calvino vê essa ignorância como parte do mistério da encarnação e do ministério de Cristo, mostrando que, enquanto esteve entre os seres humanos, seu conhecimento estava subordinado ao propósito específico de sua missão, revelando a humildade de Cristo e sua obediência ao plano do Pai. Desta forma, essa ignorância foi algo temporário, não se mantendo após a ressurreição:

Não tenho dúvidas de que ele se refere ao cargo que lhe foi designado pelo Pai como em uma instância anterior, quando disse que não lhe cabia colocar esta ou aquela pessoa à sua direita ou à sua esquerda (Mt 20.23; Mc 5.40). Pois (como expliquei nessa passagem (159)) ele não disse absolutamente que isso não estava em seu poder, mas o significado era que ele não tinha sido enviado pelo Pai com esta comissão, enquanto ele viveu entre mortais. Portanto, agora eu entendo que, na medida em que ele veio até nós para ser o Mediador, até que ele tenha desempenhado totalmente seu ofício, aquela informação que ele recebeu não foi dada a ele depois de sua ressurreição; pois então ele declarou expressamente que o poder sobre todas as coisas havia sido dado a ele (Mt 28.18) (Calvino, 2021, p. 732).

3.2 INTERPRETAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Robert C. Sproul

Para Sproul, a natureza humana de Cristo não era onisciente, embora sua natureza divina fosse. Ele chama a atenção para a declaração de Calcedônia que afirma: “cada natureza retendo seus próprios atributos”, destacando que Cristo não abandonou nenhum de seus atributos divinos. Ao tratar da natureza de Cristo, ele afirma:

(...) as duas naturezas, a divina e a humana, não são mescladas de modo a produzir uma natureza humana deificada ou uma natureza divina humanizada. A natureza humana é sempre humana, sujeita às limitações normais da humanidade, e a natureza divina é sempre divina. Por exemplo, a mente divina não perde sua onisciência na encarnação; a mente divina sabe tudo, embora a mente humana não o saiba (Sproul, 2014, p. 201).

Sobre Mateus 24.36, Sproul afirma que, ao dizer que não sabia o tempo específico de seu retorno, Jesus estava refletindo sua humanidade. Ele destaca a importância de fazer uma distinção entre as naturezas divina e humana, sem, no entanto, sugerir qualquer separação entre elas:

(...) quando Jesus disse que não sabia o tempo específico da consumação do século, isso foi obviamente uma afirmação de sua humanidade. Alguns se opõem dizendo que, se Deus sabe tudo, e se em Cristo há uma união perfeita da natureza divina com a natureza humana, como poderia haver qualquer coisa que Jesus não soubesse? Isso é o mesmo que perguntar como Jesus, com sua natureza divina, pode ter experimentado fome, algo que a Bíblia diz com muita clareza. O importante é que façamos distinção entre a natureza divina e a natureza humana para que não as confundamos ou as mesclamos de modo que obscureçamos a realidade de uma ou de outra. O fato de que Jesus não sabia o dia nem a hora do fim do século não indica uma separação entre a natureza humana e a sua natureza divina. Não há nenhuma separação, e sim distinção. A mente humana de Jesus sempre esteve unida com a sua mente divina, e no Novo Testamento, vemos Jesus manifestar frequentemente conhecimento sobrenatural. Ele revela coisas que nenhum ser humano poderia saber. Onde ele obteve tal informação? Ele a obteve daquele que é onisciente. Entretanto, uma coisa é a natureza divina transmitir conhecimento à natureza humana; outra coisa bem diferente é a natureza divina engolir a natureza humana e deificar a mente humana de Cristo. A mente humana tinha acesso à mente divina, mas não eram a mesma coisa; por isso, havia certas coisas que Jesus não sabia, por seu próprio testemunho (Sproul, 2014, p. 201-202).

Wayne Grudem

Grudem atribui a ignorância de Jesus em Mateus 24.36 somente à sua natureza humana, não à sua natureza divina. Ele sustenta que Jesus possuía duas vontades distintas, uma vontade humana e uma divina. Ele defende ainda que Cristo possuía dois centros de consciência ou inteligência:

Uma vez que há duas naturezas distintas, humana e divina, há necessariamente duas inteligências e duas vontades, uma falível e finita, e outra imutável infinita (Hodge apud Grudem, 1999, p. 463).

Grudem prossegue afirmando que essa distinção de duas vontades e dois centros de consciência ajuda a compreender como Jesus podia, ao mesmo tempo, aprender e saber todas as coisas:

Por um lado, com respeito à sua natureza humana, ele possuía conhecimento limitado (Mc 13.32; Lc 2.52). Por outro lado, Jesus conhecia evidentemente todas as coisas (Jo 2.25; 16.30; 21.27). Ora, isso só é compreensível se Jesus aprendeu coisas e possuía conhecimento limitado no que diz respeito à sua natureza humana, mas estava sempre consciente no tocante à sua natureza divina, sendo assim capaz de trazer à mente a qualquer momento qualquer informação necessária para seu ministério. Desse modo, podemos compreender a declaração de Jesus sobre o tempo da sua volta (...). Essa ignorância do tempo de sua volta só dizia respeito à natureza humana e a consciência humana de Jesus, pois em sua natureza divina certamente era onisciente e sabia o tempo em que retornaria a terra (Grudem, 1999, p. 463)

Charles Hodge

Em suas reflexões sobre a natureza dual de Cristo, Hodge destaca que as naturezas divina e humana de Cristo estão unidas na pessoa, mas não se misturam. Não há transferência de atributos de uma natureza para outra; cada uma preserva os atributos que lhes são próprios. Entretanto, ele enfatiza que há uma comunhão desses atributos na pessoa de Cristo, de modo que tudo o que pode ser afirmado sobre qualquer uma das naturezas, pode ser afirmado da pessoa:

Como de um homem pode-se afirmar tudo o que é verdadeiro de sua natureza humana, e tudo o que é verdadeiro de sua divindade; como podemos dizer que uma pessoa é mortal e imortal, que é uma

criatura do pó e é filha de Deus, igualmente podemos dizer que Cristo é finito e infinito; que é ignorante e onisciente; que é menor que Deus e igual a Deus; que existiu desde a eternidade e nasceu no tempo; que criou todas as coisas e foi varão de dores. É com base neste princípio, de que o que é verdade de ambas as naturezas é verdade da pessoa, que uma multidão de passagens das Escrituras deve ser explicada (Hodge, 2001, p. 774-775).

No caso de Mateus 24.36, Hodge classifica essa passagem como uma das “passagens nas quais a pessoa é o sujeito, porém o predicado só é procedente da natureza humana” (Hodge, 2001, p. 772). Assim, ele sugere que a ignorância de Cristo mencionada no Evangelho de Mateus decorre unicamente de sua natureza humana.

Millard J. Erickson

Em sua tentativa de apresentar uma solução para o difícil problema cristológico das duas naturezas em uma pessoa, Erickson declara que a encarnação foi um acréscimo de atributos humanos ao invés de uma perda de atributos divinos. Ele apresenta uma outra perspectiva da Kenosis, afirmando que Jesus se esvaziou da igualdade com Deus, mas não da forma de Deus:

Apesar de Jesus não deixar de ser como o Pai no que diz respeito à natureza, ele se tornou funcionalmente subordinado ao Pai durante o período de encarnação (Erickson, 1997, p. 306).

Erickson ainda acrescenta que a natureza humana assumida por Cristo na encarnação impôs certas limitações à sua natureza divina:

A união das duas naturezas significa que elas não atuaram independentemente. Jesus não exerceu sua deidade em certas ocasiões e sua humanidade em outras. Seus atos sempre eram da divindade e da hu-

manidade. Essa é a chave para compreender as limitações funcionais que a humanidade impôs sobre a divindade (Erickson, 1997, p. 306).

Segundo a perspectiva de Erickson, ao assumir voluntariamente a natureza humana na encarnação, Cristo aceitou certas limitações no exercício de seus atributos divinos. Essas limitações não resultaram de uma perda de seus atributos divinos, mas do acréscimo dos atributos humanos. Assim, pode-se concluir que, para Erickson, a ignorância de Cristo em Mateus 24.36 decorre das limitações que a natureza humana impôs sobre a natureza divina.

Augustus H. Strong

Em suas considerações sobre a união das naturezas humana e divina em Cristo, Strong defende que Cristo não é tanto Deus quanto homem, mas Deus-homem. Cristo é uma personalidade totalmente indivisível:

Erramos quando dizemos que algumas palavras de Jesus relativas ao não conhecimento Dele de quando seria o dia final (Mc 13.32) se referem à natureza humana, enquanto outras palavras relativas ao seu ser no céu ao mesmo tempo em que Ele estava na terra (Jo 3.13) se referem à natureza divina. Nunca há separação da natureza humana para com a divina, ou da divina para com a humana; todas as palavras de Cristo foram proferidas e todas as obras de Cristo foram feitas por uma pessoa: o Deus-homem (Strong, 2007, p. 1210-1211).

Porém ele sugere que o elemento divino em Jesus se manifesta dentro das limitações humanas, apesar de Cristo possuir toda a plenitude da divindade (Cl 2.9):

É lei da hidrostática que a coluna menor de água se nivele à maior. O lago Erie não será mais elevado que a água do tubo ao qual está ligado. Assim a pessoa de Cristo alcança o nível de Deus, apesar de limitado em extensão e ambiente. Ele é Deus manifesto na carne (Strong, 2007, p. 1224).

Strong ainda sustenta que a existência das duas naturezas não envolve uma dupla personalidade no Deus-homem, ou seja, Cristo não possui duas consciências e duas vontades:

Visto que a natureza de Cristo não tem e nunca teve uma subsistência separada, é impessoal e, no Deus-homem, o Logos fornece o princípio de personalidade. É igualmente importante observar que a autoconsciência e autodeterminação não pertencem à natureza como tal, mas apenas a personalidade. Por essa razão, Cristo não tem duas consciências e duas vontades, mais uma somente consciência e uma só vontade. Essa consciência e vontade, contudo, nunca é simplesmente humana, mas é sempre teantrópica (Strong, 2007, p. 1227).

Fazendo referência a Marcos 13.32 e Lucas 22.42, ele acrescenta:

Dizer que, embora em Sua capacidade humana Ele fosse ignorante, ao mesmo tempo em Sua capacidade divina Ele era onisciente, é acusar Cristo de inveracidade. Sempre que Cristo falava, não eram duas pessoas que falavam, mas a pessoa em quem ambas as naturezas estavam unidas (Strong, 2007, p. 1228).

Outro ponto ressaltado e defendido por Strong é que a união das naturezas divina e humana em Cristo torna a natureza humana cheia dos poderes pertencentes à natureza divina, sem modificar a sua essência. Por isso Cristo tinha poder para ser, conhecer e agir como Deus.

Assim, pode-se concluir que, segundo Strong, a comunhão das naturezas em Cristo era tal que, apesar de a natureza divina em si ser incapaz de ignorância, a pessoa de Jesus Cristo era capaz de desconhecer o tempo específico de seu retorno, em virtude da união da natureza divina com a humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A passagem de Mateus 24.36 revela a profundidade e a complexidade da Trindade, bem como da natureza da pessoa de Cristo. A partir da análise das interpretações de teólogos históricos e contemporâneos sobre o texto, conclui-se que a ignorância de Cristo em relação ao dia e à hora de seu retorno deve ser compreendida à luz de sua humanidade. Embora Cristo não tenha perdido ou abandonado nenhum de seus atributos divinos durante sua encarnação, sua natureza humana impôs certas limitações à sua natureza divina. É importante destacar ainda que a condescendência de Cristo ao assumir a condição humana em nada diminuiu sua divindade, mas, ao contrário, evidencia sua obediência ao Pai e seu compromisso com a redenção da humanidade.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, S. **A trindade**. São Paulo: Paulus, 1994.

AQUINO, Tomás de. **Suma teológica**. Summae theologiae – sancti Thomae Aquinatis. 2017. Disponível em: <https://sumateologica.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/04/suma-teolc3b3gica.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2025.

BERKOUWER, G. C. **A pessoa de Cristo**. 2ª ed. São Paulo: Aste, 2011.

BÍBLIA. Português. Bíblia sagrada: nova versão internacional. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2000.

CALVINO, João. **Comentário bíblico João Calvino: novo testamento**. São Paulo. 2021. Disponível em: Kindle (e-book). Acesso em: 20 abr. 2025.

ERICKSON, Millard J. **Teologia sistemática**. São Paulo: Vida Nova, 2015.

GRUDEM, Wayne A. **Teologia sistemática**. São Paulo: Vida Nova, 1999.

HODGE, Charles. **Teologia sistemática**. São Paulo: Hagnos, 2001.

LETHAM, Robert. **A trindade**: na escritura, história, teologia e adoração. São Paulo: Vida Nova, 2022.

RYRIE, Charles C. **Teologia básica ao alcance de todos**. São Paulo: Mundo Cristão, 2012.

SPROUL, R. C. **Somos todos teólogos**: uma introdução à teologia sistemática. São Paulo: Fiel, 2017.

STRONG, A. H. **Teologia sistemática**. 2ª ed. São Paulo: Hagnos, 2003. v. 2.